



Valor da Logística Integrada

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

Gerência de Contabilidade

Índice

1 - Relatório da Administração.....	3
2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	6
3 - Demonstrações Contábeis.....	8
3.1 - Balanço patrimonial.....	8
3.2 - Demonstração do resultado.....	9
3.3 - Demonstração do resultado abrangente.....	10
3.4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
3.5 - Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
3.6 - Demonstração do valor adicionado.....	13
4 - Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.....	14
4.1 - Contexto Operacional.....	14
4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis.....	18
4.3 - Principais políticas contábeis.....	18
4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	26
4.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas.....	26
4.4.2 - Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis do Grupo.....	27
4.5 - Caixa e equivalentes de caixa.....	28
4.6 - Contas a receber.....	28
4.7 - Partes relacionadas.....	29
4.8 - Estoques.....	33
4.9 - Tributos a recuperar.....	33
4.10 - Despesas pagas antecipadamente.....	34
4.10.1 - Despesas de arrendamento pagas antecipadamente.....	34
4.10.2 - Prêmios de seguro pagos antecipadamente.....	35
4.11 - Sinistros a recuperar e demais contas a receber.....	35
4.12 - Incentivos Fiscais - SUDENE.....	36
4.13 - Dividendos a receber.....	36
4.14 - Depósitos judiciais e provisão para contingências.....	36
4.15 - Investimento.....	40
4.16 - Imobilizado.....	41
4.17 - Intangível.....	44
4.18 - Fornecedores.....	47
4.19 - Contas a pagar.....	48
4.20 - Empréstimos e financiamentos e Debêntures.....	48
4.21 - Leasing (arrendamento).....	50
4.22 - Obrigações fiscais.....	51
4.23 - Obrigações sociais e trabalhistas.....	51
4.24 - Arrendamentos, concessões e subconcessão.....	51
4.25 - Provisões operacionais.....	53
4.26 - Antecipações de clientes.....	53
4.27 - Dividendos propostos.....	53
4.28 - Demais contas a pagar.....	54
4.29 - Receitas diferidas.....	54
4.30 - Patrimônio líquido.....	54
4.31 - Receita de serviços prestados.....	56
4.32 - Custo dos serviços prestados.....	56
4.33 - Receitas (despesas) operacionais.....	56
4.34 - Resultado financeiro.....	58
4.35 - Imposto de renda e contribuição social.....	58
4.36 - Informações por segmento de negócios e receitas por área geográfica.....	61
4.37 - Benefícios a Empregados.....	63
4.38 - Instrumentos financeiros.....	65
4.39 - Compromissos.....	68
4.40 - Eventos Subsequentes.....	69
5 - Administração - Conselheiros e Diretores.....	71

1 - Relatório da Administração

Mensagem do Presidente

Esses cinco anos de VLI nos mostraram que somos capazes de superar desafios, levantar a cabeça e sempre seguir em frente. A dedicação de um time de garra é o que faz a diferença na entrega para nossos clientes e acionistas e para a transformação da logística do Brasil.

2015 marcou a história da VLI como o ano em que tivemos nosso melhor resultado, de forma persistente e consistente. Foram várias conquistas! Em apenas um ano, aumentamos nossa produção em 8% na ferrovia (TKU) e em 6% nos portos (TU). Neste ano, fizemos um grande esforço para buscar o resultado e alcançar o maior EBITDA da história da VLI. Isso é mérito de todos nós! Para 2016, devemos estar ainda mais atentos para superar as incertezas econômicas e políticas e aumentar nosso senso de urgência e busca por oportunidades para conseguirmos alcançar os resultados propostos.

Também tivemos desafios em 2015 para sermos diferenciados em relação à segurança, com a inclusão dos projetos e novas operações na VLI. No total, reduzimos 1,1% da taxa de acidentes na VLI. Se contarmos projetos e as operações já consolidadas, fomos ainda além, com uma diminuição de 14%. Prova de que, para ser um guardião da vida, podemos ir além e mudar nossa atitude. Os desafios para 2016 são mapear em todas as áreas os riscos de acidentes fatais, executar o plano diretor de saúde e segurança, adequar a proteção de máquinas e evoluir com o Programa Comportamento, com o qual iremos trabalhar para uma mudança de cultura efetiva no nosso time.

Com a entrada dos novos terminais de grãos e açúcar e do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM) operando na safra, a consolidação do Terminal Integrador Guará (TI Guará(SP)), a chegada de novos vagões e locomotivas com novas tecnologias no processo de manutenção, as obras do Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita (TIPLAM) e ampliação dos pátios, a mecanização da via permanente e com um time 100% preparado, vamos subir mais um degrau na mudança de patamar da VLI. Em 2016, com foco em volume, disciplina na redução de gastos, entrega de capacidade e respeito às pessoas sempre, temos tudo para alcançar os resultados esperados. As turbulências no cenário interno e fora do Brasil nos exigirão decisões ainda mais rápidas de custos e muita atenção às oportunidades de estarmos cada vez mais integrados aos negócios de nossos clientes. Tudo isso com muita parceria e humildade, com foco total na entrega do nosso plano de negócios.

Vamos fazer a diferença no negócio do nosso cliente! Vamos deixar a nossa marca na história da logística do Brasil!

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente

1. Síntese do Resultado 2015

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais¹				
<i>(Em Milhões de R\$)</i>	2013²	2014	2015	Δ³
Receita Bruta	3.096	3.669	4.060	11%
Receita Líquida	2.629	3.120	3.491	12%
EBITDA	638	1.075	1.354	26%
Resultado Exercício	326	295	431	46%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	29.732	32.157	34.850	8%
Volume Ferrovia (Mil TU)	46.429	48.862	50.020	2%
Volume Porto (Mil TU)	21.496	27.415	29.016	6%
Dívida Líquida	0	0	2.147	
Margem EBITDA	24%	34%	39%	4,3 p.p
Margem Lucro	12%	9%	12%	2,9 p.p
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	1,59	-

- A Receita Líquida da VLI fechou o ano de 2015 em R\$ 3.491 milhões, um aumento de 12% em relação ao ano anterior.
- Lucro Líquido de R\$ 431 milhões em 2015, 46% acima de 2014.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 1.354 milhões, o mais alto da história e 26% acima do ano anterior.
- Recorde de volume no transporte ferroviário de soja⁴ (9,4 milhões de toneladas), milho (5,2 milhões de toneladas), açúcar (2,7 milhões de toneladas), celulose (2,3 milhões de toneladas) e óleo diesel (1,5 milhões de toneladas);
- Recorde de volume de movimentação portuária de grãos (11,1 milhões de toneladas) e rocha fosfática (700 mil toneladas);

Assim como em 2014, ao longo de 2015 a VLI atingiu recordes seguidos no volume mensal transportado em ferrovias e movimentado nos portos. Esta performance demonstra que a companhia alcançou novos patamares de produção operacional em seus principais corredores, como consequência dos diversos investimentos em capacidade e dos trabalhos de melhoria operacional.

2. Investimentos

Os principais investimentos (execução de projetos e manutenção) somaram R\$ 2,938 bilhões em 2015, um aumento de R\$ 908 milhões em relação ao ano anterior. Foram investidos R\$ 2,51 bilhões para a execução de projetos (investimentos de capital) e R\$ 428 milhões para manutenção das operações existentes (investimentos correntes).

¹ Valores monetários em preços correntes. Os números de volume se referem às informações de faturamento.

² Em 2013, o resultado foi impactado pela venda de créditos de imposto no total de R\$ 308 Milhões. Desconsiderando esse evento, o Resultado Líquido seria R\$ 18 Milhões.

³ As variações informadas se referem aos valores de 2014 e 2015.

⁴ Inclui o farelo de soja.

3. Gestão de Pessoas

2015 foi um ano marcante, também, para os processos de Gestão de Pessoas. Por ter sido formada por diferentes empresas, a VLI caminha por um processo de transformação da cultura organizacional e este é um traço importante do ano. Por isso, a empresa atuou e tem atuado de forma a garantir o alinhamento nas seguintes frentes: Desenvolvimento de Liderança, Gestão por Competências, Modelo de Remuneração e Modelo de Gestão. Todas essas frentes são executadas tendo como base a missão, a visão e os valores da companhia. No quesito educação foram alcançados importantes marcos através de 1824 turmas realizadas, com recorde de 19.542 participações. Todas as ações de educação, treinamento e capacitação são mapeadas conforme o público alvo e divididas em Operacional, Staff, Liderança e em demandas estratégicas que podem surgir ao longo do ano. Alguns exemplos: Capacitação para Prontidão Operacional; Escola de Liderança; Rituais de Liderança; Desenvolvimento de Novos Líderes; Programa de Idiomas, Coaching e Pós Graduação.

Uma das grandes conquistas de 2015 ficaram por conta da presença da VLI entre as 150 melhores empresas para se trabalhar, publicada pela revista Você S/A, e pela premiação no terceiro ano consecutivo no Prêmio Ser Humano da ABRH. A VLI figurou entre as 150 melhores empresas para se trabalhar com a nota geral de 75,9 no Índice de Felicidade no Trabalho (IFT), que vai de 0 a 100 pontos.

4. Meio Ambiente

No ano de 2015, foi implantado o modelo de gestão + VLI que estabelece um conjunto de práticas que suportam o negócio, os requisitos legais e técnicos na busca de excelência que capacitam a empresa para o alcance de seus resultados. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é parte integrante do +VLI e possui características aliadas a cada processo da cadeia de valor da VLI. Projetos estratégicos foram desenvolvidos ao longo do ano com destaque para o plano diretor que estabelece um planejamento plurianual para cada tema da área de meio ambiente, fornecendo diretrizes claras para se atingir a excelência operacional em 5 anos a partir de 2016 para toda a VLI. Em algumas áreas operacionais foi implantado o Selo Verde, programa que propõe adequar as edificações da VLI ao conceito de Edificações Eficientes ao utilizar soluções que economizam recursos naturais e reduzem a poluição nas edificações da VLI.

5. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 17 de março de 2016.

A Administração

2 - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
VLI S.A.
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VLI S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da VLI S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1 e 4.40, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pela resolução 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, define as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de aproximadamente 3.800 (três mil e oitocentos) quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atual, dos quais 07 (sete) trechos são considerados “antieconômicos” e 06 (seis) trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais quanto à transferência de propriedade do bem dado em pagamento, decorrentes deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos. Estas medidas não aconteceram até o término dos nossos trabalhos. Nenhum ajuste foi incluído nas demonstrações contábeis em função deste assunto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 17 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3 - Demonstrações Contábeis

3.1 - Balanço patrimonial

Em milhares de Reais	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	1.042.598	1.150.217	146.584	770.017
Contas a receber	4.6	314.285	315.876	12.734	12.874
Estoques	4.8	60.432	62.008	-	-
Tributos a recuperar	4.9	320.493	185.877	21.572	6.150
Despesas pagas antecipadamente	4.10	59.341	37.336	271	-
Dividendos a receber	4.13	-	-	83.398	58.007
Sinistro a recuperar	4.11	91.142	53.573	-	-
Demais contas a receber	4.11	75.221	100.691	6.645	35.163
		<u>1.963.512</u>	<u>1.905.578</u>	<u>271.204</u>	<u>882.211</u>
Não circulante					
Contas a receber	4.6	508.633	412.545	33	8.742
Despesas pagas antecipadamente	4.10	17.640	19.465	-	-
Depósitos judiciais	4.14	214.323	174.360	29	-
Tributos a recuperar	4.9	171.223	114.403	-	-
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	4.35	213.821	193.385	-	-
Incentivos fiscais - reinvestimento	4.12	2.081	2.657	-	-
Contas a receber da RFFSA (União)	4.14(a)	81.830	67.515	-	-
Demais contas a receber	4.11	26.000	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.7	-	-	-	2.755.731
Investimento	4.15	-	-	8.396.509	4.701.876
Imobilizado	4.16	5.619.482	3.452.924	7.879	22.671
Intangível	4.17	4.741.797	4.588.725	19.364	5.174
		<u>11.596.830</u>	<u>9.025.979</u>	<u>8.423.814</u>	<u>7.494.194</u>
Total do ativo		<u>13.560.342</u>	<u>10.931.557</u>	<u>8.695.018</u>	<u>8.376.405</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	4.20	18.549	6.072	80	-
Debentures	4.20	22.439	-	-	-
Leasing	4.21	41.246	-	-	-
Fornecedores	4.18	601.882	629.626	2.191	11.632
Contas a pagar	4.19	42.638	-	-	-
Obrigações fiscais	4.22	109.492	58.643	490	3.078
Obrigações sociais e trabalhistas	4.23	161.624	133.269	7.120	33.557
Arrendamento, concessões e subconcessões	4.24	45.125	41.932	-	-
Dividendos propostos	4.27	102.284	71.986	98.746	67.512
Provisões operacionais	4.25	62.139	59.490	352	103
Antecipações de clientes	4.26	240	240	-	-
Receitas diferidas	4.29	1.667	417	100	100
Demais contas a pagar	4.28	4.573	5.201	18	18
		<u>1.213.898</u>	<u>1.006.876</u>	<u>109.097</u>	<u>116.000</u>
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	4.20	2.804.960	1.139.366	-	-
Debentures	4.20	343.475	-	-	-
Leasing	4.21	31.671	-	-	-
Obrigações fiscais	4.22	20.248	22.762	-	-
Provisão para contingências	4.14	65.358	63.785	-	-
Benefícios a empregados	4.37	32.044	14.845	16.379	7.789
Receitas diferidas	4.29	27.420	4.087	658	758
Arrendamento, concessões e subconcessões	4.24	161.268	146.161	-	-
Incentivos fiscais - receitas diferidas	4.12	-	1.028	-	-
Demais contas a pagar	4.28	164	1.193	-	-
		<u>3.486.608</u>	<u>1.393.227</u>	<u>17.037</u>	<u>8.547</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	4.30	8.069.091	8.069.091	8.069.091	8.069.091
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(18.617)	(20.701)	(18.617)	(20.701)
Reservas de Capital		(13.281)	(13.281)	(13.281)	(13.281)
Reservas de lucros		531.691	216.749	531.691	216.749
		<u>8.568.884</u>	<u>8.251.858</u>	<u>8.568.884</u>	<u>8.251.858</u>
Participação dos não controladores		290.952	279.596	-	-
Patrimônio líquido		<u>8.859.836</u>	<u>8.531.454</u>	<u>8.568.884</u>	<u>8.251.858</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>13.560.342</u>	<u>10.931.557</u>	<u>8.695.018</u>	<u>8.376.405</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 - Demonstração do resultado

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma		Consolidado		Controladora	
	Notas	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida de serviços prestados	4.31	3.491.071	3.120.463	-	-
Custo dos serviços prestados	4.32	(2.868.593)	(2.656.412)	-	-
Lucro bruto		<u>622.478</u>	<u>464.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	4.33(b)	(22.431)	(28.985)	(12.098)	(28.758)
Gerais e administrativas	4.33(a)	(161.720)	(128.635)	(40.274)	(120.707)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.33(c)	85.056	(28.460)	61.191	141.587
		<u>(99.095)</u>	<u>(186.080)</u>	<u>8.819</u>	<u>(7.878)</u>
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>523.383</u>	<u>277.971</u>	<u>8.819</u>	<u>(7.878)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.15	-	-	366.295	245.925
Resultado financeiro	4.34	<u>74.417</u>	<u>65.867</u>	<u>48.648</u>	<u>58.822</u>
Despesas financeiras		(73.497)	(56.408)	(949)	(26.583)
Receitas financeiras		114.670	110.526	48.830	85.356
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		<u>33.244</u>	<u>11.749</u>	<u>767</u>	<u>49</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>597.800</u>	<u>343.838</u>	<u>423.762</u>	<u>296.869</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.35	(167.134)	(48.510)	(7.990)	(12.608)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(207.313)	(130.988)	(7.990)	(12.608)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		22.951	74.736	-	-
Incentivos fiscais		17.228	7.742	-	-
Lucro líquido do exercício		<u>430.666</u>	<u>295.328</u>	<u>415.772</u>	<u>284.261</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		415.772	284.261	415.772	284.261
Participação dos não-controladores	4.15	14.894	11.067	-	-
		<u>430.666</u>	<u>295.328</u>	<u>415.772</u>	<u>284.261</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$	4.30	<u>48,44</u>	<u>36,02</u>	<u>46,76</u>	<u>34,67</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 - Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	430.666	295.328	415.772	284.261
Total do resultado abrangente do exercício	430.666	295.328	415.772	284.261
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia	415.772	284.261	415.772	284.261
Participação dos não-controladores	14.894	11.067	-	-
	430.666	295.328	415.772	284.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Atribuível aos acionistas da controladora								
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2014	5.838.558	-	-	-	(20.701)	(149.233)	5.668.624	650.924	6.319.548
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	284.261	284.261	11.067	295.328
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	284.261	284.261	11.067	295.328
Redução de Capital com absorção de Prejuízo	(149.233)	-	-	-	-	149.233	-	-	-
Custo de transação – Capitalização VLI	-	(13.281)	-	-	-	-	(13.281)	-	(13.281)
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas									
Constituição de reservas	-	-	14.213	202.536	-	(216.749)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(67.512)	(67.512)	(2.629)	(70.141)
Aporte de capital									
Moeda corrente									
FI- FGTS	1.200.000	-	-	-	-	-	1.200.000	-	1.200.000
Mitsui	800.000	-	-	-	-	-	800.000	-	800.000
Transferência de ações									
Vale S.A	379.766	-	-	-	-	-	379.766	(379.766)	-
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas	<u>2.379.766</u>	<u>-</u>	<u>14.213</u>	<u>202.536</u>	<u>-</u>	<u>(284.261)</u>	<u>2.312.254</u>	<u>(382.395)</u>	<u>1.929.859</u>
Em 31 de dezembro de 2014	8.069.091	(13.281)	14.213	202.536	(20.701)	-	8.251.858	279.596	8.531.454
Em 01 de janeiro de 2015	8.069.091	(13.281)	14.213	202.536	(20.701)	-	8.251.858	279.596	8.531.454
Resultado abrangente do exercício									
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	415.772	415.772	14.894	430.666
Reversão de previdência privada de investidas	-	-	-	-	2.084	(2.084)	-	-	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	2.084	413.688	415.772	14.894	430.666
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas									
Constituição de reservas	-	-	20.789	294.153	-	(314.942)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(98.746)	(98.746)	(3.538)	(102.284)
Em 31 de dezembro de 2015	8.069.091	(13.281)	35.002	496.689	(18.617)	-	8.568.884	290.952	8.859.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	430.666	295.328	415.772	284.261
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(366.295)	(245.925)
Depreciação e amortização	830.847	797.500	2.533	2.017
Provisão para perdas e contingências	(2.060)	(10.571)	(11)	922
Constituição (reversão) operacionais	-	(3.632)	-	-
Despesas com variação monetária/cambial	(33.244)	(11.749)	(767)	(49)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825	-	-
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(28.368)	2.520	-	-
Baixa de Ativos	(10.000)	-	-	-
Receitas diferidas	(417)	(417)	(100)	(100)
Despesa da obrigação de benefício	(10.344)	7.077	(3.288)	1.204
Ajustes a valor presente	(4.686)	(8.071)	8.709	-
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(22.951)	(74.736)	-	-
Incentivo fiscal	(17.228)	(7.742)	-	-
Despesas com juros s/ empréstimos	45.247	-	-	-
Outros	-	5	-	5
	<u>1.179.287</u>	<u>987.337</u>	<u>56.553</u>	<u>42.335</u>
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(71.879)	(15.148)	150	(1.952)
Estoques	2.082	4.298	-	-
Tributos a recuperar	(186.809)	(156.059)	(14.473)	(5.004)
Despesas antecipadas	(20.760)	(27.826)	(271)	-
Depósitos judiciais e garantias	(18.877)	(30.863)	(28)	-
Incentivos fiscais - reinvestimento - SUDENE	-	(2.657)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	26.801	(31.452)	28.226	(28.000)
Dividendos recebidos	-	-	57.998	-
Sinistros a recuperar	(37.570)	(53.410)	-	-
Demais Contas a Receber	(30.725)	(36.281)	297	(2.933)
Fornecedores	(25.880)	222.861	(9.429)	(11.955)
Contas a pagar	42.638	-	-	-
Obrigações fiscais	65.245	3.192	(2.782)	588
Obrigações sociais e trabalhistas	28.874	(8.357)	(10.058)	(3.024)
Benefícios a empregados	27.051	4.501	-	4.501
Arrendamento e concessões a pagar	3.193	2.006	-	-
Aplicações Incentivos fiscais	(1.028)	-	-	-
Receitas diferidas - Incentivos fiscais - SUDENE	576	1.028	-	-
Receitas diferidas	25.000	-	-	-
Demais Contas a Pagar	1.455	15.868	(4.253)	21
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	<u>1.008.674</u>	<u>879.038</u>	<u>101.930</u>	<u>(5.423)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento pela venda de imobilizado	51.730	1.448	-	-
Compra de ativo imobilizado e intangível	(3.095.470)	(2.445.111)	(1.931)	(810)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(656.000)	(935.452)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.043.740)</u>	<u>(2.443.663)</u>	<u>(657.931)</u>	<u>(936.262)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Mútuo com partes relacionadas	-	(631.894)	-	(557.259)
Aumento de Capital	-	2.000.000	-	2.000.000
Capitação de Empréstimos com instituições financeiras	2.085.559	957.388	80	-
Juros Pagos Empréstimos e Financiamentos	(86.126)	-	-	-
Dividendos pagos	(71.986)	(3.758)	(67.512)	-
Pagamento dos custos de transação da capitalização da VLI	-	(13.282)	-	(13.282)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades financiamento	<u>1.927.447</u>	<u>2.308.454</u>	<u>(67.432)</u>	<u>1.429.459</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(107.619)</u>	<u>743.829</u>	<u>(623.433)</u>	<u>487.774</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.150.217	406.388	770.017	282.243
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.042.598	1.150.217	146.584	770.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.6 - Demonstração do valor adicionado

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas				
Vendas brutas de serviços	4.056.922	3.669.323	-	-
Outras receitas (despesas)	271.111	106.501	71.232	160.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão / constituição	3.128	(1.801)	11	(922)
	<u>4.331.161</u>	<u>3.774.023</u>	<u>71.243</u>	<u>159.592</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(227.204)	(195.187)	(12.910)	(29.263)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.038.284)	(1.800.995)	(5.419)	(30.584)
Líquida de reversões	(11.573)	12.372	-	-
Outros	(41.911)	(34.834)	(5.590)	(9.308)
	<u>(2.318.972)</u>	<u>(2.018.644)</u>	<u>(23.919)</u>	<u>(69.155)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>2.012.189</u>	<u>1.755.379</u>	<u>47.324</u>	<u>90.437</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(830.847)	(797.500)	(2.533)	(2.017)
	<u>(830.847)</u>	<u>(797.500)</u>	<u>(2.533)</u>	<u>(2.017)</u>
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>1.181.342</u>	<u>957.879</u>	<u>44.791</u>	<u>88.420</u>
Valor Adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	-	-	366.295	245.925
Receitas financeiras e Variações Cambiais	167.086	148.679	49.597	85.433
	<u>167.086</u>	<u>148.679</u>	<u>415.892</u>	<u>331.358</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.348.428</u>	<u>1.106.558</u>	<u>460.683</u>	<u>419.778</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	350.991	307.576	11.184	47.466
Benefícios	172.666	141.479	21.300	41.773
F.G.T.S.	21.462	21.214	989	4.393
Outros gastos com pessoal	7.260	7.311	2.132	2.059
	<u>552.379</u>	<u>477.580</u>	<u>35.605</u>	<u>95.691</u>
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	196.768	119.521	9.140	13.199
Estaduais	36.437	93.767	2	180
Municipais	42.864	37.552	-	(163)
	<u>276.069</u>	<u>250.840</u>	<u>9.142</u>	<u>13.216</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	89.314	82.810	164	26.610
	<u>89.314</u>	<u>82.810</u>	<u>164</u>	<u>26.610</u>
Remuneração de Capital próprio				
Lucro líquido do exercício	430.666	295.328	415.772	284.261
	<u>430.666</u>	<u>295.328</u>	<u>415.772</u>	<u>284.261</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>1.348.428</u>	<u>1.106.558</u>	<u>460.683</u>	<u>419.778</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4 - Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto Operacional

A VLI S.A. (doravante denominada “VLI” ou “Companhia”) com sede na cidade de São Paulo, tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimentos.

Mudança de Controle Acionário

Em abril de 2014, a Vale S.A. efetivou as transferências de participação para Mitsui & Co. (“Mitsui”) e para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Estas operações foram efetivadas através de aportes de capital na VLI.

A Vale S.A. (“Vale”), até então controladora da VLI S.A. (“VLI”), concluiu acordo em agosto de 2014 com o fundo gerido pela Brookfield Asset Management (“Brookfield”) para a venda de 26,5% de sua participação no capital da VLI, empresa de logística integrada de carga geral controladora indireta da FCA. Com a conclusão desta transação, o controle da VLI passa a ser compartilhado com os acionistas Vale, com 37,6%, Brookfield, com 26,5%, Mitsui, com 20% e Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (FI-FGTS), com 15,9% do capital social da VLI.

VLI Multimodal S.A.

A VLI Multimodal S.A. (doravante denominada “VLI Multi”) com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, é controlada pela VLI que detém 100% do seu capital social, e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A VLI Multi poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

Em 29 de abril de 2015, a VLI S.A aumentou o capital social da VLI Multi em R\$ 2.336.631, mediante a emissão de 107.006.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas a sua participação.

Ferrovias Centro-Atlântica S.A.

A Ferrovias Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, ou “Ferrovias Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multimodal S.A. que detém 99,99% de seu capital social.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista.

No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista. A FCA vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Foi anunciada no dia 3 de julho 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovias Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL (Programa de Investimento em Logística), de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário. Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes :

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraá (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

Ferrovia Norte Sul S.A.

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007 sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado do Tocantins. O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 Km entre Guaraí (TO) a Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A FNS realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia.

O pagamento da parcela remanescente a ser pago à Valec do Contrato de Subconcessão da Ferrovia Norte Sul será suportado por aportes a serem efetuados pela Controladora da FNS: VLI Multimodal S.A.

Em 31 de março de 2011, a VLI transferiu para a VLI Multimodal S.A. o montante de 1.354.911 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A., alterando desta forma o seu controle acionário.

Em 1º de abril de 2014, mediante a abstenção de sua participação na FNS, a Vale S.A aumentou o capital social da VLI S.A em R\$ 379.766, mediante a emissão de 410.279.538 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas a sua participação. Desta forma o capital social da FNS passou a ter o seguinte controle acionário: 79,12% da VLI Multimodal S.A e 20,88% da VLI S.A.

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

VLI Operações Portuárias S.A.

A VLI Operações Portuárias S.A. (doravante denominada “VOP”) foi constituída em 11 de outubro de 2010, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tendo iniciado suas atividades operacionais em janeiro de 2012. É controlada pela VLI S.A. que detém 100% do seu capital social, tendo como atividades preponderantes :

- (i) Construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário e também provendo serviços de apoio a navios na área do porto;
- (ii) Explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário;

TUF Empreendimentos e Participações S.A

A TUF Empreendimentos e participações S.A., abreviadamente TUF Empreendimentos (“TUF”) é uma sociedade por ações e foi constituída em 27 de março de 2012, com sede na cidade de Cubatão, estado de São Paulo. É controlada pela VOP que detém 75,81% do seu capital social, tendo por objeto social:

- i. a construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, bem como a provisão de serviços de apoio a navios na área do porto;
- ii. a exploração do comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário; a exploração, direta ou indiretamente, de serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias próprias e de contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

Ultrafertil S.A

A Ultrafertil S.A. ("Ultrafertil") é uma empresa operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou

provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto.

Em 14 de maio de 2012, a Ultrafertil passou por um processo de reorganização societária com a finalidade, dentre outras, de segregar os ativos de fertilizantes e químicos das atividades relacionadas ao terminal marítimo.

Nessa mesma data foram aprovadas as cisões parciais da Ultrafertil, com versão dos acervos líquidos cindidos para Vale Fertilizantes S.A.

De acordo com o “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporações e Cisão Parcial”, firmado por Vale Fertilizantes S.A., Vale Empreendimentos e Participações Ltda. (companhia extinta em junho de 2012) e Ultrafertil S.A., a cisão passou a ter efeito a partir de 1º de junho de 2012.

Após a cisão, o objeto social da Ultrafertil foi alterado e deixou de exercer atividades relacionadas a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos, passando a deter apenas a operação de terminal portuário próprio de uso misto.

A Ultrafertil em 20 de agosto de 2013, em Assembléia Geral Extraordinária, passou a ser controlada pela TUF, que passou a deter 100% do seu capital social.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada em 16 de março de 2016, pela Administração da Companhia, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

b) Base de preparação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

c) Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa (nota 3.5)

Contrato de Leasing - Locomotivas

R\$ 72.917

4.3 - Principais políticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas diretas e de suas controladas indiretas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas;
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

Investimentos em entidades controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Na consolidação das entidades controladas, a participação de terceiros é registrada no demonstrativo de patrimônio líquido, na rubrica de acionistas não controladores.

O uso do método de equivalência patrimonial será suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada, exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento será tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passará a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do exercício qualquer diferença entre:

- (a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e
- (b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

Participação dos acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações dos acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e Mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “contas a receber de clientes”. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia, no decorrer do exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

d) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização (“*impairment*”).

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em dados históricos de inadimplência.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Tributos sobre o lucro

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

Os juros e custos de transação referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures, relacionados ao projeto de expansão, foram apropriados no ativo imobilizado.

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.16.

h) Intangível

I Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado malha paulista sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026; e pela mais valia paga pela TUF na aquisição da Ultrafértil que detém autorização de operação do terminal portuário privado até dezembro de 2043.

II Direitos de subconcessão

Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão. Também está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2037.

III Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

IV Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

As estimativas de vida útil do intangível estão apresentadas na nota 4.17.

i) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("*Impairment*"), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração de resultado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os contratos de Leasing (arrendamento financeiro) são reconhecidos no Ativo Imobilizado e a dívida no passivo circulante ou não circulante, em função dos seus vencimentos. Os juros serão apropriados para a conta de despesas financeiras com base no período de competência.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l) Concessões, subconcessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. O primeiro contrato trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidos as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Para FCA embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

No caso da FNS, o contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão (Nota 4.1).

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União, considerando que:

I) As partes envolvidas cumpriram parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.

II) A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.

III) O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma para os contratos da FCA de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo.

No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.14), sendo a Companhia um agente no litígio.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

O programa de Incentivos de longo prazo consiste na adesão dos executivos da Companhia, através de depósitos bancários em conta corrente específica da companhia, que poderá dispor dos valores para execução do plano de negócios. A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a Unidade de Valor VLI (UVV).

O programa tem duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por mais um período de 3 anos.

A transação será realizada por meio de uma conta corrente da Companhia, que poderá dispor destes valores para execução do seu plano de negócios.

A possível remuneração dos valores aportados pelos executivos estará atrelada a UVV (para compra e para a Venda: *valuation* em 31 de dezembro do ano anterior).

Após o prazo estabelecido do programa, três anos, o executivo ainda terá direito a receber o equivalente ao *Matching*.

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: i) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

p) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

q) Moeda Funcional

As transações realizadas nas demonstrações contábeis de cada empresa são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pelo Grupo e sua moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como informação suplementar.

4.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

O Grupo preparou suas demonstrações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acreditam serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial do Grupo, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira do Grupo, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração do Grupo adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - O Grupo reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- iii. Provisão para contingências - O Grupo constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iv. Tributos sobre o lucro diferidos - O Grupo reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. As controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

4.4.2 - Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis do Grupo

a) Concessão e subconcessão

O Grupo segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração do Grupo, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.

- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, o Grupo considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é composto conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	12.376	28.926	-	59
Aplicações Financeiras	1.030.222	1.121.291	146.584	769.958
	1.042.598	1.150.217	146.584	770.017

Aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 101,59% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Contas a receber de clientes	261.392	303.682	2.166	2.177
Contas a receber partes relacionadas	83.824	46.253	12.734	12.874
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(30.931)	(34.059)	(2.166)	(2.177)
Contas a receber de clientes, líquidas	314.285	315.876	12.734	12.874
Não circulante				
Contas a receber - VALEC (a)	242.720	142.609	-	-
Contas a receber partes relacionadas	265.913	269.936	33	8.742
	508.633	412.545	33	8.742

- a) Em dezembro de 2013, a FNS registrou o montante de R\$ 136.241, referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários objetos do contrato de subconcessão disposto na nota 4.1. Do valor reconhecido, cerca de R\$ 99.275, refere-se ao valor principal da multa, que se mantém para os anos subsequentes, enquanto R\$ 36.965, refere-se ao valor da atualização monetária, que em 2014 contabilizou um saldo de R\$ 43.334, totalizando R\$ 142.609. O ano de 2015 apresentou saldo de atualização de R\$ 58.137, que somado ao valor principal da multa e ao valor de R\$ 85.308, referente ao saldo de TAC IBAMA, totaliza R\$ 242.720. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante em

Valia	1.244	68	67	-
Vale S/A	140.539	213.261	(47)	101
	<u>151.326</u>	<u>213.943</u>	<u>534</u>	<u>524</u>

Passivo não Circulante

Benefícios a empregados pós-aposentadoria

Valia	-	6.363	-	3.288
	<u>-</u>	<u>6.363</u>	<u>-</u>	<u>3.288</u>

	Consolidado		Controladora	
Demonstrações do Resultado	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas				
Receita bruta de serviços prestados				
MRS Logística S/A	7.344	-	-	-
Vale Fertilizantes S.A	183.625	145.430	-	-
Vale S/A	99.986	160.120	-	-
	<u>290.955</u>	<u>305.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receita de aluguel de locomotiva				
Vale S/A	4.108	2.405	-	-
	<u>4.108</u>	<u>2.405</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras				
Vale Fertilizantes S.A	93	-	-	-
Vale S/A -Ajustes a valor presente	4.686	-	-	-
	<u>4.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais				
Vale S/A	35.198	11.693	-	8.286
Samarco Mineração S/A	69	6	-	-
Vale Fertilizantes S.A	13.339	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A	-	-	(296)	-
PASA	(102)	225	(102)	225
VLI Multimodal S.A.	-	-	56.916	127.581
VLI Operações Portuárias S.A	-	-	10.657	18.197
	<u>48.504</u>	<u>11.924</u>	<u>67.175</u>	<u>154.289</u>
Custos e despesas				
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões				
Vale S/A	-	(222)	-	-
	<u>-</u>	<u>(222)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)				
Vale S/A	(135.139)	(126.880)	-	-
MRS Logística S/A	(1.276)	(2.392)	-	-
	<u>(136.415)</u>	<u>(129.272)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo com direito de passagem				
Vale S/A	(29.473)	(33.666)	-	-
MRS Logística S/A	(26.888)	(19.734)	-	-
	<u>(56.361)</u>	<u>(53.400)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo dos serviços				
Vale S.A	(550.904)	(819.633)	-	-
Log-in Logística Intermodal S.A	(7.392)	(7.392)	-	-
PASA	(2.434)	(2.194)	-	-
Vale Fertilizantes S.A	-	(9.971)	-	-
	<u>(560.730)</u>	<u>(839.190)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Previdência Complementar				
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(10.874)	(9.124)	(1.664)	(3.665)
	<u>(10.874)</u>	<u>(9.124)</u>	<u>(1.664)</u>	<u>(3.665)</u>
Despesas com processos de suporte				
Vale Fertilizantes	(1.292)	(1.424)	-	-
	<u>(1.292)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos - Vale S.A	-	(2.416)	-	-
	<u>-</u>	<u>(2.416)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os valores a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a VLI tem a receber pelas vendas de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete representam os valores gastos com a utilização de malhas ferroviárias de outras concessionárias. Os custos dos serviços representam os gastos com os contratos de prestação de serviços de transportes e movimentações de carga geral.

As dívidas com empresas ligadas no passivo circulante e não circulante representam os valores que a VLI tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital no ativo não circulante, referem-se aos valores repassados pela Companhia visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes das Controladas, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

Os juros dos contratos de mútuos foram calculados com base na variação de 110 % das taxas médias diárias dos DI (Depósito interfinanceiro de um dia). Os juros foram calculados de forma cumulativa, pro rata temporis.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

Na receita bruta de vendas de serviços foram registrados os valores dos serviços de transporte ferroviários prestados pelo grupo VLI.

A remuneração do pessoal chave da administração do Grupo, composta exclusivamente pelos diretores mencionados no item "5 - Administração - Diretores" deste relatório, é paga integralmente pela Companhia.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Remuneração	6.229	6.857
Benefícios assistenciais	558	280
Benefícios pós emprego	834	363
Total	<u>7.621</u>	<u>7.500</u>

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09.outubro.2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

a) Cessão de créditos fiscais da FCA para Vale

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas de se beneficiar das bases tributárias, adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em Novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a VALE pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela VALE o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente o saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento a vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais e foi paga no ato do exercício da opção pela VALE em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões. Considerando que a devolução das demais parcelas ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

A primeira parcela a ser recebida durante o exercício de 2016 será no montante de R\$ 6.415 equivalente ao benefício econômico que teria sido auferido pela FCA caso ainda fosse a titular dos créditos fiscais.

b) Cessão de créditos fiscais da VLI para Vale

Em 31 de dezembro de 2012 a VLI registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 34,2 milhões dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a VLI poderia gozar de R\$ 11,6 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. detentora direta de participação em ações emitidas pela VLI decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas de se beneficiar das bases tributárias, adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a VALE e VLI celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a VALE pagará à VLI os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A VLI transferiu através da opção exercida pela VALE o montante nominal de R\$ 2,9 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista. Esta parcela representa 25% do total nominal dos créditos fiscais e foi paga integralmente no ato do exercício da opção pela VALE.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a VLI teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à VLI os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 11,6 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 2,91 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 8,7 milhões.

Considerando que a devolução das demais parcelas ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

Avais e Fianças

A Companhia emitiu fianças junto a certos bancos no montante de R\$ 400,1 milhões. Tais fianças estão relacionadas a contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias; e também a contratos comerciais e de financiamentos.

4.8 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Peças e componentes de equipamentos / instalações	49.264	50.840
Combustíveis, lubrificantes e gases	3.511	4.457
Materiais de expediente e outros	5.849	5.215
Materiais elétricos / eletrônicos	6.912	7.851
Outros materiais	2.346	1.600
Provisão para perdas em itens de estoque	(7.450)	(7.955)
	60.432	62.008

A provisão de perda dos estoques é constituída através de uma estimativa dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação.

4.9 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS a recuperar	89.247	40.058	-	-
Imposto de renda retido na fonte	26.062	15.113	13.689	6.056
PIS e COFINS a compensar	159.606	84.966	59	49
Imposto de renda e contribuição social antecipados	33.327	31.291	7.628	44
IOF a recuperar	127	-	-	-
ISS	26	-	-	-
INSS	57	48	1	1
Outros	12.041	14.401	195	-
	320.493	185.877	21.572	6.150
Não Circulante				
ICMS a recuperar	111.305	101.748	-	-
PIS e COFINS a compensar	59.918	12.655	-	-
	171.223	114.403	-	-
Tributos a recuperar - total	491.716	300.280	21.572	6.150

A estimativa para realização dos tributos a recuperar foi considerada para os próximos 12 meses, com base nas expectativas e estimativas das operações consolidadas do Grupo VLI.

4.10 - Despesas pagas antecipadamente

As despesas antecipadas são compostas por:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825	-	-
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	24.137	20.575	252	-
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari	4.198	3.897	-	-
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia	1.523	1.414	-	-
Aluguel do Terminal Integrado de Guará	9.154	8.327	-	-
Despesas c/ licença de uso de softwares	795	-	19	-
Outras despesas antecipadas	17.709	1.298	-	-
	59.341	37.336	271	-
Não circulante				
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	17.640	19.465	-	-
	17.640	19.465	-	-
	76.981	56.801	271	-

As despesas pagas antecipadamente em 31 de dezembro de 2015 têm sua composição a seguir:

	Valor Contratado	Valor a Apropriar
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Responsabilidade Civil Geral	4.155	3.791
Riscos Operacionais	18.725	16.318
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	2.701	192
Responsabilidade Civil Operador Portuário	3.910	3.584
D & O	75	75
Frota	177	177
Araguari	20.613	4.198
Santa Luzia	7.310	1.523
Guará	11.528	9.154
Despesas c/ licença de uso de softwares	1.365	795
Despesas com dragagem – Ultrafértil	16.850	16.850
Outras despesas antecipadas	859	859
	90.093	59.341
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	54.746	17.640
	144.839	76.981

4.10.1 - Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Concessão (a)	106	106
Arrendamento (b)	1.719	1.719
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (a)	1.021	1.127
Arrendamento (b)	16.619	18.338
	17.640	19.465

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável em longo prazo).

4.10.2 - Prêmios de seguro pagos antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Consolidado	Cia.	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	FCA	All Risk	R\$ 25.000
	VLI Multi		
	FNS		
Riscos Operacionais	FCA	All Risk	R\$ 300.000
	FNS		
	VLI Multi		
	VOP		
Transporte Internacional Importação	FCA	All Risk	USD 8.000
	VLI Multi		
	FNS		
D&O	VLI S.A.	All Risk	R\$ 20.000
Transporte Nacional	FCA	All Risk	R\$ 150 por evento
	VLI Multi		
	FNS		
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	FCA	All Risk	R\$ 20.000 por evento
	VLI Multi		R\$ 200 para container
	FNS		
Frota de automóvel	FCA	All Risk	R\$ 200
	FNS		
	VOP		
Vida em Grupo	FCA	Empregados, Cônjuges e Filhos Menores e aprendizes	24 X Salário Base R\$ 13
	VLI		
	VOP		
Acidentes pessoais	FNS	Trens turísticos da FCA	R\$ 10
	FCA		
	VOP		
Responsabilidade Civil Operador Portuário	VLI Multi	All Risk	USD 50.000
Responsabilidade Civil Vale Fertilizantes – Cossegurado Ultrafertil	Ultrafertil	All Risk	USD 20.000
Risco Operacional Vale Fertilizantes – Cossegurado Ultrafertil	Ultrafertil	All Risk	R\$ 700.000

4.11 - Sinistros a recuperar e demais contas a receber

Os sinistros a recuperar e as demais contas a receber são compostas por:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Adiantamento a empregados	46.590	35.456	6.294	6.862
Sinistros a recuperar (a)	91.142	53.573	-	-
Adiantamento a fornecedores (b)	19.109	44.172	75	28.301
Contas a receber - TAC IBAMA_VALEC	-	11.860	-	-
Outras contas	9.522	9.203	276	-
	166.363	154.264	6.645	35.163
Não circulante				
Adiantamento a fornecedores	26.000	-	-	-
	26.000	-	-	-
	192.363	154.264	6.645	35.163

- (a) Os gastos relevantes com sinistros ocorridos na malha ferroviária e nos terminais portuários são apropriados no ativo circulante até a conclusão final das perícias técnicas, realizados pelas seguradoras contratadas.
- (b) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição (estoques) para máquinas e equipamentos.

4.12 - Incentivos Fiscais - SUDENE

a) Reinvestimento e Receita diferida - FNS

Reinvestimento - trata-se de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios.

A FNS poderá optar pelo incentivo na sua Declaração de Rendimentos e depositar os valores correspondentes nas agências do Banco do Nordeste (BNB), ficando esse montante, enquanto não aplicado executados os investimentos, reservado e preservado em conta vinculada remunerada, com base na Taxa Extra mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, da data de efetivação do depósito até a data de sua efetiva liberação. O saldo de Incentivos Fiscais – Reinvestimentos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são valores de R\$ 2.081 e R\$ 2.657.

Os valores recolhidos ao BNB podem ser utilizados no ressarcimento de desembolsos ou gastos já realizados no ano calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

4.13 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações contábeis individuais da VLI S.A de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 nos valores de R\$ 83.398 e R\$ 58.007, respectivamente foram propostos por suas controladas diretas VLI Multi, VOP, FNS, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

4.14 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

Saldos dos depósitos e contingências:

	31/12/2015		Consolidado e Controladora 31/12/2014	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	175.641	49.941	136.368	48.574
Cíveis (b)	21.142	12.813	18.350	12.255
Tributárias (c)	7.070	643	9.245	676
Ambientais (d)	313	1.710	224	2.038
Previdenciária (e)	10.157	251	10.173	242
	214.323	65.358	174.360	63.785

Depósitos judiciais (movimentação)

					Consolidado e Controladora
	31/12/2014	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2015
Trabalhistas (a)	136.368	35.868	(14.446)	17.853	175.643
Cíveis (b)	18.350	859	(142)	2.075	21.142
Tributárias (c)	9.245	79	(3.340)	1.084	7.068
Ambientais (d)	224	-	-	89	313
Previdenciária (e)	10.173	-	(16)	-	10.157
	<u>174.360</u>	<u>36.806</u>	<u>(17.944)</u>	<u>21.101</u>	<u>214.323</u>

Provisões para contingências (movimentação)

					Consolidado e Controladora
	31/12/2014	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/12/2015
Trabalhistas (a)	48.574	30.837	(34.455)	4.985	49.941
Cíveis (b)	12.255	2.179	(2.947)	1.326	12.813
Tributárias (c)	676	17	(102)	52	643
Ambientais (d)	2.038	-	(628)	300	1.710
Previdenciária (e)	242	-	-	9	251
	<u>63.785</u>	<u>33.033</u>	<u>(38.132)</u>	<u>6.672</u>	<u>65.358</u>

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas na letra (f) Contingências possíveis não provisionadas.

a) Trabalhistas

A FCA está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com os consultores jurídicos, totalizam R\$ 49.941 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 48.574). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

b) Cíveis

O Grupo é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 12.813 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 12.255).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Tributárias

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos tributários que correm no âmbito administrativo e judicial, nos quais a FCA litiga contra a fazenda pública estadual e municipal, no valor total de R\$ 643 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 676).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

d) Ambientais

A Companhia provisionou R\$ 1.710 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.038) referentes a processos com expectativa de perda provável de autuações dos órgãos competentes.

e) Previdenciários

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos previdenciários que correm no âmbito administrativo e judicial, no valor total de R\$ 251 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 242).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

f) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 1.927.000 (31 de dezembro de 2014 - aproximadamente R\$ 1.702.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas (i)	939.000	850.000
Cíveis (ii)	308.000	292.000
Tributárias (iv)	590.000	467.000
Ambientais (v)	42.000	38.000
Previdenciário (iii)	48.000	55.000
	1.927.000	1.702.000

- i. Trabalhistas: tratam-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de

diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).

A FNS possui ação de natureza trabalhista promovida por ex-empregado de empresa terceirizada, requerendo o pagamento de horas extras e diferenças salariais decorrentes de divergências existentes para funções idênticas, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2015 o montante estimado de contingência possível é de R\$ 7.641 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 7.000).

- ii. Cíveis: tratam-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SEI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

g) Processos advindos da Ultrafértil antes da transferência do controle

Em 1º de junho de 2012, na cisão parcial da Ultrafértil S/A, as provisões de passivos contingentes foram vertidos pelos respectivos valores contábeis à Mineração Naque S.A. e Araucária Nitrogenados S.A..

Em agosto de 2013, quando da aquisição do controle da Ultrafértil S/A pela TUF Empreendimentos e Participações S/A (Controlada indireta da VLI S.A), ficou estabelecido que quaisquer contingências que tiverem como objeto de discussão o período de competência o qual a Vale Fertilizantes S/A detinha o controle, tais despesas serão reembolsáveis pela Vale Fertilizantes S/A.

Em 31 de dezembro de 2015 não existiam passivos contingentes a serem registrados na Ultrafértil S.A.

4.15 - Investimento

(a) Informações sobre os investimentos

Os investimentos estavam assim constituídos

	% Participação	Número de ações ordinárias	31/12/2015	
			Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) do período
VLI Operações Portuárias S.A (VOP)	99,99%	23.413.141	1.095.561	58.987
VLI Multimodal S.A (VLI Multi)	99,99%	324.151.134.829	7.301.001	292.139
VLI Participações S.A (VLI Par)	99,99%	999	1	-
VLI Operações de Terminais S.A (VOT)	99,99%	999	1	-

	% Participação	Número de ações ordinárias	31/12/2014	
			Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício
VLI Operações Portuárias S.A (VOP)	99,99%	4.244.091	190.429	27.290
VLI Multimodal S.A (VLI Multi)	99,99%	188.773.564.255	4.122.107	206.611
VLI Participações S.A (VLI Par)	99,99%	999	1	-
VLI Operações de Terminais S.A (VOT)	99,99%	999	1	-
Ferrovias Norte Sul S.A (FNS)	20,88%	357.565.023	389.339	12.024

As informações financeiras resumidas das coligadas e controladas, incluindo os valores totais do resultado do exercício, estão divulgadas na nota 4.36.

(b) Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos	31/12/2015					
	VLI Multi	VOP	VOT(1)	FNS	VLI Par	Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2014	4.122.106	190.429	1	389.338	1	4.701.875
Transferencia de ações				(389.338)		(389.338)
Aumento de capital	2.956.139	860.100	-	-	-	3.816.239
Resultado de equivalência patrimonial						-
Resultado das controladas	292.139	58.987	-	-	-	351.126
Dividendos propostos	(69.383)	(14.010)	-	-	-	(83.393)
Saldo no final do exercício	7.301.001	1.095.506	1	-	1	8.396.509

	31/12/2014					
	VLI Multi	VOP	VOT	FNS	VLI Par	Controladora
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2013	3.964.566	164.575	1	-	1	4.129.143
Aumento de capital Vale S.A via transferência de investimento (20,88%)	-	-	-	379.766	-	379.766
Aumento de capital	-	5.045	-	-	-	5.045
Resultado de equivalência patrimonial						
Resultado das controladas	206.611	27.290	-	12.024	-	245.925
Dividendos propostos	(49.070)	(6.481)	-	(2.452)	-	(58.003)
Saldo no final do exercício	4.122.107	190.429	1	389.338	1	4.701.876

(1) A razão social da VLI Operações Portuárias, a partir de junho de 2015, foi alterada para VLI Operações Ferroviárias Independentes.

(c) Participação de não controladores

	31/12/2015
	Não controlador
Investimento inicial em 31 de dezembro de 2014	279.596
Resultado no período de não controladores	
Vale Fertilizantes S.A (24,19%)	
Resultado	14.894
Dividendos	(3.538)

A FCA nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 75.811 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 83.046).

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está sumarizada da seguinte forma:

Consolidado						
Imobilizado - Custo	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	31/12/15
Imóveis	157.910	-	-	33.222	(4.910)	186.222
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20.546	-	(2)	5.632	(1.994)	24.182
Equipamentos autônomos	445.382	-	(6.708)	61.223	51.314	551.211
Embarcações e aeronaves	55	-	-	-	(79)	(24)
Veículos	19.973	-	(322)	1.023	431	21.103
Bens administrativos/auxiliares	22.007	-	(1.290)	2.938	1.515	25.170
Equipamentos e aplicativos de informática	37.009	-	(9.343)	102.434	(11.738)	118.362
Locomotivas	1.176.893	-	(48.658)	248.802	35.738	1.412.775
Vagões	1.201.919	-	(7.859)	438.995	249	1.633.304
Via permanente	-	-	-	7.044	2.072	9.116
Outros ativos	41.226	-	-	22.297	38.790	102.313
	<u>3.122.920</u>	<u>-</u>	<u>(74.183)</u>	<u>923.610</u>	<u>111.388</u>	<u>4.083.734</u>
Terrenos	18.931	-	-	3.540	-	22.471
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	35.547	6.685	(9.531)	-	-	32.701
Provisão para baixa de ativo	(1.176)	858	-	-	-	(318)
Benfeitorias em curso	865.857	2.255.017	(332)	(927.150)	-	2.193.392
	<u>919.159</u>	<u>2.262.560</u>	<u>(9.863)</u>	<u>(923.610)</u>	<u>-</u>	<u>2.248.246</u>
	<u>4.042.079</u>	<u>2.262.560</u>	<u>(84.046)</u>	<u>-</u>	<u>111.388</u>	<u>6.331.980</u>

Controladora						
Imobilizado - Custo	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/15
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	-	-	-	87	-	87
Equipamentos autônomos	-	-	-	22	-	22
Bens administrativos/auxiliares	759	-	-	354	-	1.113
Equipamentos e aplicativos de informática	-	-	-	1.062	-	1.062
Outros ativos	17.398	-	-	-	(17.397)	1
	<u>18.157</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.525</u>	<u>(17.397)</u>	<u>2.285</u>
Terrenos	5.938	-	-	-	-	5.938
Benfeitorias em curso	1.170	355	-	(1.525)	-	-
	<u>7.108</u>	<u>355</u>	<u>-</u>	<u>(1.525)</u>	<u>-</u>	<u>5.938</u>
	<u>25.265</u>	<u>355</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.397)</u>	<u>8.223</u>

- (a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

c. A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027;

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

4.17 - Intangível

					Consolidado	
					31/12/15	31/12/14
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	12,4 anos	4,70%	43.169	(21.170)	21.999	24.047
Direitos de Subconcessão	22 anos	3,09%	1.776.431	(371.506)	1.404.925	1.468.785
Softwares adquiridos	5 a 20 anos	20,00%	14.865	(10.487)	4.378	2.675
Contrato de Adesão portuária (i)		3,00%	320.350	(4.389)	315.961	315.961
Direito contratual (ii)		100,00%	644.366	(644.365)	1	-
Direito contratual (iii)	9 meses	19,70%	37.000	(31.451)	5.549	12.941
Direito contratual (iv)		100,00%	107.172	(107.172)	-	-
			2.943.353	(1.190.540)	1.752.813	1.824.409
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			15	-	15	15
Imóveis	20 a 40 anos	2,55%	274.155	(35.616)	238.539	163.197
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	23.118	(4.721)	18.397	31.244
Equipamentos autônomos	5 a 33,3 anos	9,36%	14.481	(6.749)	7.732	(6.788)
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)	-	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	7.914	(1.702)	6.212	7.841
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	6.527	(5.860)	667	2.140
Locomotivas	12,5 a 25 anos	7,56%	194.024	(119.952)	74.072	91.234
Vagões	33,3 anos	3,00%	142.666	(74.715)	67.951	103.862
Via permanente	14,3 a 50 anos	5,91%	3.203.324	(983.610)	2.219.714	1.888.845
Outros ativos	10 anos	10,00%	101.383	(8.301)	93.082	43.549
			3.967.626	(1.241.245)	2.726.381	2.325.139
Benfeitorias em curso			262.603	-	262.603	439.177
			7.173.582	(2.431.785)	4.741.797	4.588.725
					Controladora	
					31/12/15	31/12/14
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em bens de terceiros						
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	4.488	(670)	3.818	4.267
Outros ativos	10 anos	10%	18.173	(4.334)	13.839	-
			22.661	(5.004)	17.657	4.267
Benfeitorias em curso			1.707	-	1.707	907
			24.368	(5.004)	19.364	5.174

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483/2007. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A controlada indireta FCA registrou um direito de concessão no intangível, referente ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista.

O direito de subconcessão da FNS está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos, descritos na nota 4.1 acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.

(i) Contrato de Adesão portuária da Ultrafértil

Em Agosto 2013, a controlada TUF Empreendimentos adquiriu 100% das ações ordinárias emitidas pela Ultrafértil que estavam sob propriedade da Vale Fertilizantes S.A. Quando desta aquisição de investimentos a TUF Empreendimentos registrou, em seu balanço patrimonial, um ágio em decorrência do custo de aquisição. O ágio ou mais valia reconhecidos como custo de aquisição foi constituído com base nos fundamentos econômicos de rentabilidade futura do terminal portuário - TIPLAM.

Nesta operação a mais-valia representa a diferença positiva entre o valor pago pela aquisição da participação societária relevante e influente e o montante líquido do valor patrimonial da controlada adquirida.

Com a celebração de novo contrato de adesão adaptado ao novo marco regulatório, o ágio referente ao investimento na Ultrafértil passou a ter vida útil indefinida, não sendo mais efetuada sua amortização. O contrato de adesão do terminal será prorrogável sucessivamente pelo prazo de 25 anos, considerando que as atividades portuárias serão mantidas e os investimentos para modernização serão contínuos e permanentes.

(ii) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A.

A VLI Multimodal adquiriu da Vale S.A o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias -Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória- Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

O valor do direito de opção de reserva de capacidade é calculado com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para os quais a Vale S.A reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre o Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

(iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log. in Intermodal S.A.

Direito Contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerizadas na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.

(iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A

Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A e de suas empresas coligas e controladas.

A VLI Multimodal é empresa controlada pela VLI, constituída com o objetivo social de prestar serviços de transporte multimodal e atender de forma eficaz o segmento de carga geral, zelando pela garantia do escoamento da produção dos diversos setores produtores, exercendo importante papel centralizador no ajuste de procedimentos comerciais e operacionais junto a Vale S.A.

A Vale S.A é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos (TPD) e Terminal de Graneis Líquidos, todos na cidade de Vitória/ES.

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A para a prestação dos serviços.

O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível - custo						Consolidado
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	31/12/15
Direitos de concessão	43.169	-	-	-	-	43.169
Direitos de Subconcessão	1.776.431	-	-	111	(111)	1.776.431
Softwares adquiridos	11.976	-	-	2.778	111	14.865
Contrato de Adesão portuária (i)	320.350	-	-	-	-	320.350
Direito contratual (ii)	336.153	308.213	-	-	-	644.366
Direito contratual (iii)	37.000	-	-	-	-	37.000
Direito contratual (iv)	51.899	55.273	-	-	-	107.172
	2.576.978	363.486	-	2.889	-	2.943.353
Benfeitorias em propriedades arrendada:						
Terrenos	15	-	-	-	-	15
Imóveis	193.138	-	-	91.190	(10.173)	274.155
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	34.943	-	-	(11.804)	(21)	23.118
Equipamentos autônomos	315	-	(1.447)	48.056	(32.443)	14.481
Veículos	19	-	-	297	(297)	19
Bens administrativos/auxiliares	8.778	-	(23)	1.779	(2.620)	7.914
Equipamentos e aplicativos de informática	6.730	-	(51)	757	(909)	6.527
Locomotivas	209.533	-	(4.453)	31.875	(42.931)	194.024
Vagões	179.169	-	(6.885)	(27.912)	(1.706)	142.666
Via permanente	2.693.470	-	(1.850)	508.847	2.857	3.203.324
Outros Ativos	46.843	-	(341)	78.026	(23.145)	101.383
	3.372.953	-	(15.050)	721.111	(111.388)	3.967.626
Benfeitorias em curso	439.176	557.427	(10.000)	(724.000)	-	262.603
	6.389.107	920.913	(25.050)		(111.388)	7.173.582

Intangível - custo					Controladora
	31/12/14	Adições	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/15
Bens administrativos/auxiliares	4.488	-	-	-	4.488
Outros Ativos	-	-	776	17.397	18.173
	4.488	-	776	17.397	22.661
Benfeitorias em curso	907	1.576	(776)	-	1.707
	5.395	1.576	-	17.397	24.368

Intangível - amortização					Consolidado
	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	31/12/15
Direitos de concessão	(19.122)	(2.048)	-	-	(21.170)
Direitos de Subconcessão	(307.646)	(63.860)	-	-	(371.506)
Contrato de Adesão portuária (i)	(4.389)	-	-	-	(4.389)
Direito contratual (ii)	(336.153)	(308.212)	-	-	(644.365)
Direito contratual (iii)	(24.059)	(7.392)	-	-	(31.451)
Direito contratual (iv)	(51.899)	(55.273)	-	-	(107.172)
Softwares adquiridos	(9.301)	(1.186)	-	-	(10.487)
Imóveis	(29.941)	(5.675)	-	-	(35.616)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(3.699)	(1.022)	-	-	(4.721)
Equipamentos autônomos	(7.103)	(994)	1.348	-	(6.749)
Veículos	(19)	-	-	-	(19)
Bens administrativos/auxiliares	(937)	(788)	23	-	(1.702)
Equipamentos e aplicativos de informática	(4.590)	(1.310)	36	4	(5.860)
Locomotivas	(118.299)	(6.117)	4.419	45	(119.952)
Vagões	(75.307)	(4.589)	5.045	136	(74.715)
Via permanente	(804.625)	(179.118)	150	(17)	(983.610)
Outros Ativos	(3.294)	(5.230)	(2.972)	3.195	(8.301)
	(1.800.383)	(642.814)	8.049	3.363	(2.431.785)

Intangível - amortização	Controladora			
	31/12/14	Adições	Baixas	31/12/15
Bens administrativos/auxiliares	(221)	(449)	-	(670)
Outros Ativos	-	(1.362)	(2.972)	(4.334)
	(221)	(1.811)	(2.972)	(5.004)

O intangível em curso é resultante dos investimentos correntes e de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/15	31/12/14
Construção e ampliação de pátios e terminais	50.662	12.787
Aquisição e modernização de material rodante	20.060	45.200
Instalações administrativas e de apoio	6.320	9.359
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	2.459	4.048
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	35.984	29.331
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	9.185	7.672
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	14.854	10.560
Trens turísticos - melhorias	1.888	2.180
VLI Soluções S.A (Porto Norte)	-	10.000
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	117.157	301.920
Melhoria operação ferroviária	4.034	6.120
	262.603	439.177

	Controladora	
	31/12/15	31/12/14
Adequações sede administrativa VLI	1.707	907
	1.707	907

4.18 – Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores terceiros (a)	450.556	415.683	1.657	11.108
Fornecedores partes relacionadas	151.326	213.943	534	524
	601.882	629.626	2.191	11.632

(a) Fornecedores terceiros				
Mercado interno	432.267	402.261	1.646	11.108
Mercado externo	18.289	13.419	11	-

<u>450.556</u>	<u>415.680</u>	<u>1.657</u>	<u>11.108</u>
----------------	----------------	--------------	---------------

4.19 – Contas a pagar

Em decorrência de suas atividades operacionais, a companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas. Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a companhia.

Em dezembro de 2015 estas operações apresentavam saldo de R\$ 42.638. (Em 2014 o saldo era R\$ 0.)

4.20 - Empréstimos e financiamentos e Debêntures

a) Por instituição financeira:

	Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Banco do Brasil	2.316	2.138
BNDES	9.160	100
BTG Pactual	848	719
Santander	2.810	38
Votorantim	2.039	278
Bradesco	781	781
Safra	550	
Itaú	1.799	2.018
Custo de Transação	<u>(1.754)</u>	
	18.549	6.072
Itaú (Debêntures)	23.619	-
Custo de Transação (Debêntures)	<u>(1.180)</u>	-
	22.439	-
	<u>40.988</u>	<u>6.072</u>
Não circulante		
Banco do Brasil	383.224	315.241
BNDES	1.040.349	90.989
BTG Pactual	114.863	114.863
Santander	273.991	29.497
Votorantim	305.707	37.684
Bradesco	105.766	105.766
Safra	107.659	
Itaú	489.644	454.606
Custo de Transação	<u>(16.243)</u>	<u>(9.280)</u>
	2.804.960	1.139.366
Itaú (Debêntures)	347.358	-
Custo de Transação (Debêntures)	<u>(3.883)</u>	-
	343.475	-
	<u>3.148.435</u>	<u>1.139.366</u>

b) Em 31 de dezembro de 2015, as taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo eram como segue:

Modalidade	Taxas	Consolidado	
		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
FINEM	TJLP + 2,12% a.a - 3,45% a.a	1.174.474	-
FINAME	2,5% a 6,0% a.a	1.349.290	886.246
CRI - Créditos Recebíveis Imobiliários	TR+10,80% a.a	297.439	262.400
Debêntures	(quadro abaixo)	347.358	-
Custo de Transação		<u>(20.126)</u>	<u>(9.280)</u>
		<u>3.148.435</u>	<u>1.139.366</u>

Emissora	VLI Multimodal S.A.
Ativo	VLIM11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 232.358.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil reais)
Valor Nominal	R\$ 1.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de junho de 2015
Prazo	5 anos
Forma de Amortização	Juros serão pagos anualmente a partir da data de emissão
Pagamento de Remuneração	Anual, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 6,8839% a.a.
Destinação de Recursos	Construção de terminal logístico na cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais
Negociação	CETIP

Emissora	Ultrafertil S.A.
Ativo	ULFT11 - Série/Emissão Única/1
Tipo	Público com esforços restritos
Forma	Escritural
Classe	Não Conversível
Volume	R\$ 115.000.000,00 (Cento e quinze milhões de reais)
Valor Nominal	R\$ 10.000,00
Garantias	Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão
Data de Emissão	15 de junho de 2015
Prazo	12 anos
Forma de Amortização	Juros serão pagos semestralmente a partir da data de emissão
Pagamento de Remuneração	Semestral, a partir da Data de Emissão
Remuneração	IPCA + 9,0603% a.a.
Destinação de Recursos	Expansão das instalações do Terminal Integrador Portuário Luiz Antônio Mesquita (TIPLAM)
Negociação	CETIP

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Custo transação</u>	<u>31/12/2015</u>
Ultrafertil						
BNDES	-	731.145	15.471	(5.121)	-	741.495
Santander	-	117.227	2.844	(951)	-	119.121
Itaú BBA	-	115.000	10.519	(5.390)	-	120.129
VLI Multimodal						
BNDES	91.089	216.803	2.408	(2.285)	-	308.015
Bradesco	106.547	-	3.705	(3.705)	-	106.547
Brasil	317.379	67.983	11.497	(11.319)	-	385.540
BTG Pactual	115.582	-	4.029	(3.900)	-	115.712
Itaubba	456.624	34.660	41.210	(41.126)	-	491.368
Santander	29.535	127.038	7.819	(6.713)	-	157.679
Votorantim	37.962	268.023	7.377	(5.616)	-	307.745
Itau	-	232.358	18.490	-	-	250.848
Safra	-	107.594	615	-	-	108.209
Custo de Transação	(9.280)	-	-	-	(13.704)	(22.984)
	<u>1.145.438</u>	<u>2.017.831</u>	<u>125.984</u>	<u>(86.126)</u>	<u>(13.704)</u>	<u>3.189.423</u>

d) As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2015, apresentam a seguinte posição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2014</u>
2016	-	48.529
2017	463.305	142.510
2018	581.356	159.052
2019	549.433	156.504
2020	756.751	642.051
2021 em diante	820.650	-
Custo de Transação	<u>(23.060)</u>	<u>(9.280)</u>
	<u>3.148.435</u>	<u>1.139.366</u>

i) Garantias

Os empréstimos contratados em 2012 do Banco do Brasil e BNDES que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pela VLI S.A. Estes empréstimos têm carência para pagamento das parcelas de principal até 2016. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

Os empréstimos contratados em 2013 dos bancos Votorantim, Itaú, Banco do Brasil, BTG Pactual e Bradesco que compõe parte dos saldos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015 feitos para VLI Multimodal, são garantidos pelo sócio controlador VLI S.A. e alienação fiduciária. Estes empréstimos tem carência para pagamento das parcelas de principal até 2017. Durante o período de carência serão pagos apenas os encargos financeiros a cada 3 meses.

A VLI Multimodal S.A emitiu Debêntures em junho de 2015 para distribuição pública, nos termos da Instrução nº 476 de janeiro de 2009 e da lei 12.431 (art. 2º). São garantidos por Fiança da VLI S.A. para 100% do Valor Total da Emissão. As Debêntures têm prazo de pagamento de 5 anos, e os juros serão pagos anualmente a partir da data de emissão.

ii) Covenants

Os principais covenants obrigam aos garantidores dos empréstimos e financiamentos a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e de cobertura de juros. Os Covenants são avaliados anualmente pelos números consolidados da VLI., não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2015.

4.21 – Leasing (arrendamento)

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Objeto:	Fornecimento de 40 (quarenta) ocomotivas tipo SD40
Prazo vigência:	Novembro/2015 a outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do Ajuste a Valor Presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Foram pagas 2 (duas) parcelas e saldo em 2015 é R\$ 72.917, sendo R\$ 41.246 registrados no passivo circulante e R\$ 31.671 no não circulante.

4.22 - Obrigações fiscais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	59.351	14.417	-	845
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	16.755	11.157	18	-
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	12.963	10.045	80	2.216
PIS, COFINS	11.138	15.699	391	1
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	207	80	-	-
ISS (Imposto s/ Serviços)	8.753	7.245	1	16
Outros	325	-	-	-
	109.492	58.643	490	3.078
Não circulante				
IR/CS sobre depreciação acelerada	443	391	-	-
IR/CS sobre ajustes de valores patrimoniais	19.805	22.371	-	-
	20.248	22.762	-	-

4.23 - Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e encargos	29.680	26.170	-	4.291
Provisão para férias e 13º Salário	28.409	26.901	13	5.699
Benefícios trabalhistas	12.612	10.670	7.107	3.006
Participação nos resultados	90.776	69.440	-	20.561
Outros	147	88	-	-
	161.624	133.269	7.120	33.557

4.24 - Arrendamentos, concessões e subconcessão

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.084	1.942
Arrendamento (b)	39.592	36.892
	41.676	38.834
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	172	155
Arrendamento (d)	3.277	2.943
	3.449	3.098
	45.125	41.932
Não circulante		
FNS		
Subconcessão a pagar (e)	161.268	146.161
	161.268	146.161
	206.393	188.093

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676, calculado está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 70 (setenta) parcelas, sendo a 70ª parcela paga no valor de R\$ 2.084.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais

R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 70 (setenta) parcelas, sendo a 70ª parcela paga no valor de R\$ 39.592.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 61 (sessenta e uma) parcelas, sendo a 61ª parcela paga no valor de R\$ 517.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2015, foram pagas 61 (sessenta e uma) parcelas, sendo a 61ª parcela paga no valor de R\$ 9.830.

(e) Subconcessão a pagar

A FNS celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S/A, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada à liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 161.268 (em 31 de dezembro de 2014 R\$146.981).

Em 08 de março de 2013 a FNS celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a FNS celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a

apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

4.25 - Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Seguro Responsabilidade Civil (a)	7.847	6.805	-	-
Seguro Risco Operacional (a)	17.056	15.313	-	-
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	1.769	2.063	-	-
Provisão para franquia de seguro (b)	34.750	34.750	-	-
Outros operacionais	717	559	352	103
	62.139	59.490	352	103

a) Prêmio de seguros

Estes valores referem-se aos valores dos seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional e de transportes de carga ferroviária.

b) Franquia de seguro operacional

A Companhia registrou a provisão da franquia de seguros operacionais referente a acidentes ocorridos na malha ferroviária da FCA de R\$ 24.000 e nos terminais portuários VOP de R\$ 10.000 e Ultrafertil de R\$ 750.

4.26 - Antecipações de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes das controladas VOP e VLI Multimodal que em 31 de dezembro de 2015 somavam R\$ 240 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 240).

4.27 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	415.772	284.261	415.772	284.261
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício ajustado	415.772	284.261	415.772	284.261
Reserva legal - 5%	(20.789)	(14.213)	(20.789)	(14.213)
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	394.983	270.048	394.983	270.048
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(98.746)	(67.512)	(98.746)	(67.512)
Parcela de dividendos pagos em 2015	-	-	-	-
Parcela de dividendos dos não controladores	(3.538)	(4.474)	-	-
Dividendos propostos a pagar	(102.284)	(71.986)	(98.746)	(67.512)

4.28 - Demais contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Garantias contratuais	1.799	1.851	-	-
Demais contas a pagar	2.774	3.350	18	18
	4.573	5.201	18	18
Não circulante				
Demais contas a pagar	164	1.193	-	-
	164	1.193	-	-
	4.737	6.394	18	18

4.29 - Receitas diferidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Passagem de fibra ótica (a)	317	317	-	-
Direito real de superfície (a)	100	100	100	100
Utilização Sistema Logístico Integrado(b)	1.250	-	-	-
	1.667	417	100	100
Não circulante				
Passagem de fibra ótica (a)	3.012	3.329	-	-
Direito real de superfície (a)	658	758	658	758
Utilização Sistema Logístico Integrado(b)	23.750	-	-	-
	27.420	4.087	658	758
	29.087	4.504	758	858

(a) Receitas recebidas antecipadamente de aluguel da malha centro-leste da FCA, para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação e a Escritura Pública de Concessão de Direito Real de Superfície.

(b) Receitas recebidas antecipadamente com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.

4.30 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 1º de abril de 2014 o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 379.766, passando de R\$ 5.838.558 para R\$ 6.218.324, mediante a emissão de 410.279.538 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O aporte acima foi feito mediante a abstenção da Vale S.A de sua participação de 20,88% no capital da Ferrovia Norte Sul S.A..

Em 07 de abril de 2014, o acionista, Mitsui & CO. Ltd. aportou na Companhia o valor de R\$ 800.000, mediante a emissão de 942.569.882 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

No dia 14 de abril de 2014, o acionista FI - FGTS (Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), aportou na Companhia R\$ 1.200.000, dos quais R\$ 476.700 destinados ao capital social da Companhia e o montante remanescente de R\$ 723.300 para a Reserva e Capital - Reserva Especial para Aumento de Capital.

Finalizando a transação acima, em 23 de junho de 2014, o capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 7.495.024 para R\$ 8.218.324, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Capital de R\$ 723.000.

Em Agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI pelo valor de R\$ 2.000.000, representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield).

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

Em 8 de novembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia de R\$ 8.218.324 para R\$ 8.069.091 com a absorção de prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2013.

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2015, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.069.091, representado por 8.890.790.411 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
Vale S.A.	3.342.352.802	37,59%
Brookfield Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações	2.267.516.800	25,51%
Mitsui & Co Ltd	1.778.158.082	20,00%
FI-FGTS	1.413.854.823	15,90%
Brasil Port Holdings L.P.	88.907.904	1,00%
Totais	8.890.790.411	100,00%

b) Reserva de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 e de acordo com o estatuto social.

Os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

d) Lucro (Prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Controladora
	31/12/2015
Cálculo da média ponderada para	
(8.890.790.411 x 12/12)	8.890.790.411
Lucro líquido do período	415.772
Ações em 31 de Dezembro	8.890.790.411
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	46,76
	Controladora
	31/12/2014
Cálculo da média ponderada para	
(6.124.086.168 x 3/12)+(8.890.790.411 x 9/12)	8.199.114.350
Lucro líquido do período	284.261
Ações em 31 de Dezembro	8.199.114.350
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil de ações R\$	34,67

4.31 - Receita de serviços prestados

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	2.890.989	2.654.901
Receita de utilização de pátios	4.250	2.903
Receita de estadia de vagões	4.746	9.036
Receita de aluguel de locomotivas	5.013	3.385
Receita de partilha de frete	10.402	7.684
Receita de serviços portuários	852.247	787.734
Receita de serviços acessórios	292.226	203.680
	4.059.873	3.669.323
Impostos sobre serviços		
ISS	(39.924)	(36.746)
ICMS	(171.915)	(171.999)
PIS	(58.954)	(56.921)
COFINS	(271.544)	(262.587)
INSS Desoneração	(23.514)	(20.607)
	(565.851)	(548.860)
	3.494.022	3.120.463
Descontos		
Descontos concedidos	(2.951)	-
Receita líquida dos serviços vendidos	3.491.071	3.120.463

4.32 - Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(415.063)	(353.591)
Encargos sociais	(40.222)	(34.020)
Material	(96.892)	(92.154)
Combustíveis	(387.485)	(325.485)
Serviços contratados	(775.612)	(785.962)
Partilha de frete	(115.028)	(96.203)
Tributos	(8.464)	(2.968)
Outros	(10.095)	(607)
Depreciação e amortização	(810.495)	(789.636)
Despesas de arrendamento e concessão	(209.237)	(175.786)
	(2.868.593)	(2.656.412)

4.33 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(94.419)	(72.329)	(26.569)	(70.999)
Encargos sociais	(11.236)	(12.235)	(4.982)	(12.132)
Combustíveis	(15)	28	-	-
Material	(166)	(244)	(125)	(142)
Serviços contratados	(32.977)	(36.128)	(8.149)	(33.544)
Tributos	(406)	(564)	(84)	(157)
Outras	(7.793)	(4.186)	(365)	(3.733)
Depreciação	(14.708)	(2.977)	-	-
	(161.720)	(128.635)	(40.274)	(120.707)

b) Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(12.558)	(16.146)	(4.238)	(15.641)
Encargos sociais	(3.489)	(4.658)	(1.671)	(4.487)
Material	(236)	(231)	(230)	(220)
Serviços contratados	(3.517)	(3.778)	(3.344)	(4.298)
Tributos	(95)	(34)	(79)	(23)
Outras	43	(2.074)	(3)	(2.072)
Depreciação	(2.580)	(2.064)	(2.533)	(2.017)
	(22.431)	(28.985)	(12.098)	(28.758)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras receitas operacionais				
Venda de materiais	30.722	29.618	-	6.099
Venda de ativos	51.730	736	-	-
Compartilhamento de despesas	5.034	-	67.588	145.778
Recuperação de despesas	90.277	12.882	142	8.346
Trem Turístico	4.288	5.166	-	-
Travessias	3.470	3.228	-	-
Multas contratuais	56.156	42.263	-	-
Alugueis	1.603	2.333	215	291
Recuperação de despesas - RFFSA	7.739	9.982	-	-
Lucros Cessantes	6.000	-	-	-
Reversão benefícios a empregados	10.344	-	3.288	-
Outros	1.294	292	-	-
	268.657	106.500	71.233	160.514
Outras despesas operacionais				
Tributárias	(29.643)	(9.582)	(1.060)	(2.550)
Baixa de Ativos	(26.291)	(4.157)	(1)	-
Ajuste de estoque	-	(69)	-	-
Serviços Contratados	-	(12.314)	-	-
Participação no resultado	-	(8.906)	-	(2.464)
Provisão Desvalorização de estoque	580	(170)	-	-
Perda de recebíveis	(4.389)	(87)	-	-
Outros gastos c/pessoal	(17.205)	(2.080)	(4.292)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(9.881)	(14.878)	(4.595)	(11.488)
Multas contratuais	(7.351)	(8.729)	-	1.483
Trem Turístico	(2.242)	(2.894)	-	-
Trem Turístico-depreciação	(3.064)	(2.825)	-	-
Outras operacionais	(27.917)	(12.391)	(105)	(2.986)
Franquia de seguros sobre acidentes	-	(10.750)	-	-
Materiais, peças e componentes	(1.193)	(3.932)	-	-
Processos Jurídico Judiciais	(37.749)	(41.449)	-	-
Indenizações	(18.904)	(10.266)	-	-
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	3.221	(1.801)	11	(922)
Provisão para contingências	(1.573)	12.542	-	-
Provisão para passivos ambientais	-	(222)	-	-
	(183.601)	(134.960)	(10.042)	(18.927)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	85.056	(28.460)	61.191	141.587

4.34 - Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras				
Aplicação mercado financeiro	96.566	107.687	47.853	85.370
Juros, taxa e multas de mora	3.677	1.934	-	(14)
Outras receitas financeiras	14.428	905	977	-
	114.671	110.526	48.830	85.356
Despesas Financeiras				
Despesas com IOF	(5.328)	(8.113)	(1)	(4.311)
Encargos sobre empréstimo e financiamento	(44.554)	(49.659)	-	(22.075)
Encargos por atraso	(749)	(32)	-	(6)
Ajuste a valor presente de créditos tributários diferidos	-	13.568	-	-
Juros, taxas e multas	(6.281)	(4.720)	(25)	(124)
Outras despesas financeiras	(16.586)	(7.452)	(923)	(67)
	(73.498)	(56.408)	(949)	(26.583)
Receitas com variação monetária e cambial	33.244	11.749	767	49
	33.244	11.749	767	49
Resultado financeiro	74.417	65.867	48.648	58.822

4.35 - Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As empresas do Grupo VLI (FCA e Ultrafertil) efetuam o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	7.733	8.277
Provisão para contingências	16.341	15.947
Outras provisões	40.928	28.569
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	24.357	25.476
Prejuízo fiscal	77.911	72.319
	167.270	150.558
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.783	2.980
Provisão para contingências	5.880	5.740
Outras provisões	14.736	10.286
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	8.768	9.171
Base negativa	24.313	23.297
	56.480	51.474
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	213.821	193.385
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	10.043	(8.626)
Prejuízo fiscal para imposto de renda	288.646	307.289
Base negativa da contribuição social	258.218	315.459

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Tais premissas e projeções são fundamentadas no plano de negócios consolidado do Grupo VLI, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

As empresas do Grupo possuem saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (Imposto de renda) e base de cálculo negativa do exercício de 2014, conforme descrito na nota 4.35. A companhia possui expectativa de rentabilidade futura de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

A expectativa de realização dos créditos dos tributos diferidos relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social e adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

Abaixo apresentamos a composição dos tributos diferidos reconhecidos no ativo:

ANO	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	16.748
2016	42.099	95.854
2017	19.359	15.783
2018	29.768	16.488
2019	31.098	16.171
2020	30.499	32.341
2021 em diante	60.998	-
	213.821	193.385

Composição dos tributos diferidos reconhecidos	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda diferido		
Outras provisões	59.710	4.334
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	24.357	67.556
Prejuízo fiscal	75.933	72.319
	160.000	144.209
Contribuição social diferida		
Outras provisões	21.452	1.559
Ajustes a valor presente de ativo financeiro	8.768	24.320
Base negativa	23.601	23.297
	53.821	49.176
	213.821	193.385

Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda diferido		
Depreciação acelerada	(422)	(369)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(14.562)	(16.449)
	(14.984)	(16.818)
Contribuição social diferida		
Depreciação acelerada	(21)	(22)
Custo atribuído e reavaliação de ativos	(5.242)	(5.922)
	(5.263)	(5.944)
Total	20.247	22.762

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

2015	(3.375)	(4.542)
2016	(3.375)	(4.542)
2017	(3.375)	(4.542)
2018	(3.375)	(4.542)
2019	(3.375)	(4.542)
2020 em diante	(3.375)	(4.542)
	(20.247)	(27.252)

(b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são demonstrados como segue:

	Consolidado				Controladora			
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	597.800	597.800	343.838	343.838	423.762	423.762	296.869	296.869
Adições (exclusões) permanentes:								
Multas não dedutíveis	1.051	1.051	1.308	1.308	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis	10.071	10.071	1.902	1.902	68	68	323	323
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	(366.295)	(366.295)	(245.925)	(245.925)
Despesas financeiras	-	-	(11.501)	(11.501)	-	-	-	-
Outras	2.236	2.460	923	16.435	11	11	51	51
Adições (exclusões) temporárias:								
Reversão de provisão para contingências, líquida	1.573	1.573	(12.542)	(12.542)	-	-	-	-
Reversão de provisão para perdas com ICMS, líquida	-	-	(999)	(999)	-	-	-	-
Constituição (reversão) de provisão para perdas de materiais, líquida	(505)	(505)	124	124	-	-	-	-
Reversão de provisão de participação nos resultados, líquida	23.339	23.339	(5.046)	(5.046)	(20.904)	(20.904)	(242)	(242)
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	12.288	11.957	25.714	25.714	329	329	(126)	(126)
Constituição (reversão) de provisão fundo de pensão	(7.674)	(7.674)	3.445	3.445	(3.288)	(3.288)	1.204	1.204
Constituição (reversão) provisão de perdas de créditos, líquida	(7.604)	(7.604)	850	850	(11)	(11)	922	922
Base de cálculo	<u>632.575</u>	<u>632.468</u>	<u>348.016</u>	<u>363.528</u>	<u>33.672</u>	<u>33.672</u>	<u>53.076</u>	<u>53.076</u>
Prejuízo Fiscal e base negativa do exercício	9.946	9.946	49.252	49.252	-	-	-	-
Base de cálculo ajustada	<u>642.521</u>	<u>642.414</u>	<u>397.268</u>	<u>412.780</u>	<u>33.672</u>	<u>33.672</u>	<u>53.076</u>	<u>53.076</u>
Compensação de prejuízos fiscais	(18.643)	(57.352)	(15.924)	(72.520)	(10.101)	(10.101)	(15.924)	(15.924)
Lucro real após prejuízo fiscal	<u>623.878</u>	<u>585.062</u>	<u>381.344</u>	<u>340.260</u>	<u>23.571</u>	<u>23.571</u>	<u>37.152</u>	<u>37.152</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas - IR 25% e CS 9%)	<u>(155.825)</u>	<u>(52.656)</u>	<u>(95.216)</u>	<u>(30.623)</u>	<u>(5.869)</u>	<u>(2.121)</u>	<u>(9.264)</u>	<u>(3.344)</u>
Ajustes de anos anteriores	-	-	(4.907)	(241)	-	-	-	-
PAT (Programa Alimentação Trabalhador)	1.168	-	-	-	-	-	-	-
Despesas corrente de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(154.657)</u>	<u>(52.656)</u>	<u>(100.123)</u>	<u>(30.865)</u>	<u>(5.869)</u>	<u>(2.121)</u>	<u>(9.264)</u>	<u>(3.344)</u>
Incentivos Fiscais	17.228	-	7.742	-	-	-	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	17.593	5.358	55.169	16.567	-	-	-	-
Total da despesa de impostos das atividades	<u>(119.836)</u>	<u>(47.298)</u>	<u>(37.212)</u>	<u>(11.298)</u>	<u>(5.869)</u>	<u>(2.121)</u>	<u>(9.264)</u>	<u>(3.344)</u>
Alíquota efetiva total	<u>19,72%</u>	<u>7,78%</u>	<u>10,82%</u>	<u>3,29%</u>	<u>1,38%</u>	<u>0,50%</u>	<u>3,12%</u>	<u>1,13%</u>

(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A FNS goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral executados no Estado do Maranhão. No presente exercício foi apurado lucro operacional nas atividades exercidas no Estado do Maranhão. O Incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018. O valor relativo ao ano de 2015 foi de R\$ 17.228 (R\$ 7.742 em 2014).

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

4.36 - Informações por segmento de negócios e receitas por área geográfica

Considerando a atual estrutura do Grupo, a Diretoria efetua sua análise do negócio, representado pela prestação de serviços de transporte de carga, sob a perspectiva geográfica, e com base em seus ativos.

As informações por segmento de negócios, e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014 respectivamente, foram as seguintes:

	VLI Consolidado	Eliminação	VLI Individual	VLI Multimodal	Ferrovia Norte Sul	Ferrovia Centro-Atlântica	VLI Operações Portuárias	TUF Empreendimentos	Ultrafertil S.A
			Ferrovário/Portuário	Ferrovário/Portuário	Malha Norte	Malha Centro-Leste e Paulista	Portuário	Portuário	Portuário
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
RESULTADO									
Receita líquida dos serviços prestados	3.491.071	(878.056)	-	2.024.543	397.788	1.653.189	150.710	-	142.897
Custos e despesas	(1.949.420)	792.547	11.352	(1.212.074)	(157.930)	(1.196.494)	(116.738)	-	(60.084)
Depreciação e amortização	(830.847)	85.167	(2.533)	(540.768)	(84.299)	(264.375)	(2.858)	-	(21.180)
Despesas de arrendamento e concessão	(187.421)	-	-	-	-	(187.421)	-	-	-
Margem Bruta	523.383	(342)	8.819	271.701	155.559	4.899	31.114	-	61.633
Resultado financeiro	74.417	-	48.648	(39.937)	4.154	25.789	2.484	-	32.884
Resultado de equivalência patrimonial	-	(601.201)	366.295	136.265	-	395	36.676	61.570	-
Imposto de renda e contribuição social	(184.362)	116	(7.990)	(75.890)	(54.435)	(1.929)	(11.287)	-	(32.947)
Incentivo fiscal	17.228	-	-	-	17.228	-	-	-	-
Lucro(Prejuízo) das operações continuadas	430.666	(601.427)	415.772	292.139	122.506	29.154	58.987	61.570	61.570
Lucro(Prejuízo) do exercício	430.666	(601.427)	415.772	292.139	122.506	29.154	58.987	61.570	61.570
	VLI Consolidado	Eliminação	VLI Individual	VLI Multimodal	Ferrovia Norte Sul	Ferrovia Centro-Atlântica	VLI Operações Portuárias	TUF Empreendimentos	Ultrafertil S.A
			Ferrovário/Portuário	Ferrovário/Portuário	Malha Norte	Malha Centro-Leste e Paulista	Portuário	Portuário	Portuário
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
RESULTADO									
Receita líquida dos serviços prestados	3.120.463	(804.333)	-	1.883.762	286.473	1.500.424	145.566	-	108.571
Custos e despesas	(1.869.203)	713.825	(5.861)	(1.156.452)	(132.185)	(1.117.706)	(114.172)	-	(56.651)
Depreciação e amortização	(797.500)	90.509	(2.017)	(526.691)	(78.603)	(256.407)	(368)	-	(23.924)
Despesas de arrendamento e concessão	(175.789)	-	-	-	(3)	(175.786)	-	-	-
Margem Bruta	277.971	1	(7.878)	200.619	75.682	(49.475)	31.026	-	27.996
Resultado financeiro	65.867	(2)	58.822	(18.388)	6.049	18.088	(3.478)	-	4.776
Resultado de equivalência patrimonial	-	(363.564)	245.925	83.536	-	-	11.518	22.585	-
Imposto de renda e contribuição social	(56.252)	-	(12.608)	(59.156)	(31.886)	69.361	(11.775)	-	(10.188)
Incentivo fiscal	7.742	-	-	-	7.742	-	-	-	-
Lucro(Prejuízo) das operações continuadas	295.328	(363.565)	284.261	206.611	57.587	37.974	27.291	22.585	22.584
Lucro(Prejuízo) do exercício	295.328	(363.565)	284.261	206.611	57.587	37.974	27.291	22.585	22.584

4.37 - Benefícios a Empregados

Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

A Ultrafértil, por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, mantém plano de suplementação dos benefícios prestados pela Previdência Social, em regime de benefícios definidos, para os funcionários admitidos até setembro de 1993.

Em outubro de 2011, foi implementado um novo plano de previdência complementar (Plano Vale Mais) com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença), esse plano atende apenas os funcionários não atendidos pelo Plano PETROS. Em 31 de dezembro de 2015, 118 empregados estavam vinculados ao plano.

a) Plano de Benefício

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (*“Vesting”*), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, 5.926 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2014 - 5.845).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas relacionadas ao plano de contribuição definida Vale Mais no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 8.775 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 6.517).

O Grupo não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

O Grupo é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Principais premissas atuariais

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

	31/12/2015	31/12/2014
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,31%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo/(receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,10%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-83 Masculina
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	19,3698
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	19,3698

b) Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos da VLI tem como intuito:

- i) Incentivar o sentimento de “dono” da empresa;
- ii) Aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos; e
- iii) Reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências de seus executivos.

São características fundamentais do programa:

O nível de investimento com o qual o executivo pode aderir ao programa depende:

- i. do posicionamento do executivo no ciclo mais recente de Carreira & Sucessão (C&S); só poderão participar do programa os executivos que foram avaliados como sólida performance e alta performance independente do potencial mapeado. Empregados que não foram avaliados no ciclo anterior terão a participação validada em comitê específico;
- ii. do nível hierárquico do executivo na empresa em 31/12/2013;
- iii. da escolha do executivo.

A duração do programa é de três anos (duração do ciclo): sendo iniciado em março de 2014, e encerrado em março de 2017 podendo ser estendido por um período de mais três anos se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa por esse período.

A implementação deste programa de incentivo de longo prazo não obriga a VLI a realizá-lo nos próximos anos ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à VLI a prerrogativa

de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro. Assim, a participação do empregado no ciclo iniciado em 2014 não deve gerar expectativa de direito nos próximos anos.

A adesão do executivo ao Programa se dará através de seu aceite formal das diretrizes por meio da assinatura (eletrônica ou física) do Termo de Adesão, do envio dos documentos necessários para cadastro e do depósito identificado em nome da VLI referente ao valor da opção. No termo deverá constar a opção escolhida fazendo referência ao número de salários relativos.

A valoração da UVV se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI considerando o Ebitda contábil e a valorização do mercado no período. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa em número de salários serão transformados em UVVs e terão a valorização pela diferença da UVV no início do ciclo e a UVV no final do ciclo.

4.38 - Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

O Grupo não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2015 e em 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as empresas do grupo VLI não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (*inputs*) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (*inputs*) de Nível 2

Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações do Grupo, o principal fator de risco de mercado aos quais as Companhias estão expostas são preços de produtos e insumos e outros custos.

b) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 18.289 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 13.419).

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelos contratos de empréstimos, financiamentos e Debêntures da VLI Multi e Ultrafertil, de arrendamento e concessão da FCA e subconcessão a pagar da FNS (Nota 4.24), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera um diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2015.

31/12/2015				
Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	14,14%	12,73%	11,31%	9,19%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média poderada do ano de 2015.

31/12/2015				
	31/12/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	96.567	86.910	77.253	62.768

b) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debentures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores (TJLP, IPCA e TR).

O cenário I considera um aumento de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com aumento de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2015.

31/12/2015

Indexador	Taxas do final do exercício (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	6,50%	7,15%	7,80%	8,77%
TR	1,80%	1,98%	2,16%	2,43%
IPCA	9,79%	10,77%	11,75%	13,22%

(i) A taxa do final do exercício leva em consideração a média poderada do ano de 2015.

31/12/2015

	31/12/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	(24.594)	(27.053)	(29.512)	(33.201)
Encargos Financeiros - TR	(38.244)	(42.068)	(45.893)	(51.629)
Encargos Financeiros - IPCA	(21.647)	(23.812)	(25.976)	(29.223)

d) Risco de crédito

O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 30.931 no consolidado (31 de dezembro de 2014 - R\$ 34.059).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é

efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

f) Risco operacional

A VLI S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 4.10).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	12.376	28.926	-	59
Aplicações Financeiras	1.030.222	1.121.291	146.584	769.958
Contas a receber	499.181	412.232	-	-
Partes relacionadas	352.544	188.862	12.767	21.616
Contas a receber da RFFSA (União)	81.830	67.515	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	2.755.731
	<u>1.976.153</u>	<u>1.818.826</u>	<u>159.351</u>	<u>3.547.364</u>
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	2.823.509	1.145.438	80	-
Debentures	365.914	-	-	-
Leasing	72.917	-	-	-
Fornecedores	450.556	415.680	1.657	11.108
Contas a pagar	42.638	-	-	-
Partes relacionadas	151.326	213.945	534	524
Arrendamento, concessões e subconcessões	206.393	188.093	-	-
	<u>4.113.253</u>	<u>1.963.156</u>	<u>2.271</u>	<u>11.632</u>

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. As origens e fontes de recursos se baseiam em recursos dos acionistas e de terceiros.

4.39 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis, correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pelo Grupo referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2015	70	61
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.084	517 (*)
Arrendamento	39.592	9.830 (*)
(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)		

A obrigação referente a resolução da ANTT 4.131 estão citadas na nota de Eventos subsequentes abaixo:

4.40 – Eventos Subsequentes

4.40.1 DELIBERAÇÃO Nº 29, DE 21 DE JANEIRO DE 2016

A ANTT definiu, através desta deliberação as diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A, no trecho Centro-Leste.

Por meio da resolução ANTT 4131, de 3 de julho de 2013, a Agência autorizou a FCA a proceder à desativação e à devolução de trechos ferroviários.

Em 21 de janeiro de 2016, a Agência deliberou as seguintes diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal:

- O valor inicial da indenização será de R\$ 876.021.391,70 considerando a data base de março de 2012, e poderá ser acrescido quando da finalização de inspeção completa acerca dos trechos ferroviários antieconômicos devolvidos, nos termos do inciso III, art. 2º, da Resolução nº 4.131/2013.
- O valor da indenização deverá ser atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.
- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização devidamente atualizado.
- Na hipótese de o valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, ser inferior ao valor devido à União, a ANTT poderá indicar a execução de novas obras, de maneira que até o termo final do Contrato de Concessão seja quitado o valor da indenização.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica de Quarto Grau, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- Previamente ao início da execução da obra, a FCA informará à Superintendência de Processos Finalísticos responsável pelo acompanhamento dos Contratos de Concessão de Ferrovias, as contas contábeis que serão utilizadas para a realização dos registros de que trata as alíneas I, II e III do *caput*.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- O Ato Autorizativo definirá o prazo para a Quitação da Obra, que incluirá prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a transferência de propriedade ao Poder Concedente.

Para o controle do saldo da indenização de que trata o §1º do Art. 1º, deverá ser observado os seguintes aspectos:

- o valor da indenização será calculado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Art. 1º;
- o valor autorizado para a execução da obra será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra;

- o valor autorizado para a execução da obra, devidamente atualizado, será deduzido do saldo da indenização quando da Quitação da Obra, que ocorre com a transferência de propriedade;
- a atualização do valor autorizado para a execução da obra cessará no prazo definido em Ato Autorizativo para a Quitação da Obra, exceto quando o atraso ocorrer por fatos comprovadamente não imputáveis à Concessionária; e
- a Concessionária deverá divulgar, nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Publicadas, quadro demonstrativo atualizado do saldo da indenização, de modo que fiquem demonstradas pelo menos as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Na hipótese de o bem dado em pagamento permanecer com a FCA em razão de sua finalidade, em ato contínuo à transferência de propriedade deverá ser elaborado instrumento jurídico que permita sua cessão à Concessionária.

4.40.2 APORTES DE CAPITAL

No dia 27 (vinte e sete) de janeiro de 2016 foram efetuados aportes em moeda corrente, no capital social na controlada VLI Multimodal S.A., no montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

5 - Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas
Presidente

Pedro José Rodrigues
Membro do conselho

Luiz Eduardo Lopes Gonçalves
Membro do conselho

Tetsu Ikeda
Membro do conselho

Flávio Eduardo Arakaki
Membro do conselho

Benjamin Michel Vaughan
Membro do conselho

Marcos Pinto Almeida
Membro do conselho

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor-Presidente

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor

Marcus Vinícius de Faria Penteado
Diretor

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor

Gustavo Serrão Chaves
Diretor

Fabio Stewson de Souza
Contador - CRC-MG 045913/O-6 "S" SP